



ALMT
Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e
Regularização Fundiária

20ª LEGISLATURA - 01/02/2023 A 31/01/2027

SPMD/NADE

FLS.

RUB.

479

4

CHECKLIST

RESOLUÇÃO Nº 003/2007 - "Altera a Alínea A, do Inciso IV, da Norma de Serviço nº 002 de 30 de Setembro de 2002".

REQUERENTES:	CLOVIS KITAGAWA PROCESSO: INTERMAT-PRO-2022/05727 SÍTIO MOURÃO		
MUNICÍPIO:	Área total para Regularização: 168,9059 hectares (cento e sessenta e oito hectares, noventa ares e cinquenta e nove centiares), localizada no Município de Marcelândia - MT.		
PROTOCOLO: 2998/2025	PROCESSO: 925/2025	DATA: 02/04/2025	O.S.: 304/2025
I - DA HABILITAÇÃO			
1 - O Requerimento para instauração de Processo de Regularização de Terras, objeto da presente Norma de Serviço, deverá ser procedido através do Formulário Padrão, devidamente preenchido e acompanhado com as cópias dos seguintes documentos.			FI. 05, 365
2 - RG e CPF do Interessado;			FI. 07
3 - Comprovante do endereço do Interessado, através de conta de água, luz ou equivalente;			FI. 10
4 - Certidão de Nascimento, se solteiro;			
5 - Certidão de Casamento, se casado;			FI. 09
6 - Certidão de Casamento com averbação do Divórcio, se divorciado;			-
7 - RG e CPF do cônjuge ou companheira;			FI. 08
8 - Certidão de óbito, caso seja viúvo;			-
9 - Atos Constitutivos se Pessoa Jurídica (Regimento ou Estatuto PJ);			-
10 - Certidões de Cadastro de Imóvel Rural-CCIR (INCRA) se na modalidade Onerosa Especial .			-
11 - Procuração por Instrumento Público, se o Requerimento for subscrito por Procurador;			FI. 444
12 - RG e CPF do Procurador;			FI.
13 - Comprovante do endereço do Procurador, através de conta de água, luz ou Equivalente;			FI.
14 - Caso haja mais de um interessado, deverão ser juntados, de todos os documentos previstos acima elencados. (Declaração de Ocupação do Proprietário)			-
15 - Comprovante de pagamento das taxas correspondentes (expediente e busca/pesquisa);			FI.165
16- Relatórios de Busca de Outro Processo de Título Provisório/Definitivo, em favor do (a) interessado (a). Complementação de Busca-Título Provisório/ou Definitivo.			FI. 448
17 - Relatórios de Busca do Sistema de Protocolo Único do Estado de Mato Grosso (outro pedido de Regularização Fundiária e/ou Legitimidade de Posse, em nome do interessado e/ou do cônjuge); Buscas e complementação de buscas.			FI. 169
II - ANÁLISE DA MATRÍCULA			

ENDEREÇO:
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 202 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:
(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915

CG



CHECKLIST

18 - Escritura de Compra e Venda (caso o Interessado tenha adquirido a posse de terceiro) ou Escritura Pública de Cessão e Transferência de Posse; Escritura Pública de Permuta de Imóveis; Promessa de Compra e Venda (Escritura Pública Emancipação), CASO NÃO SEJA O OCUPANTE PRIMITIVO. (Termo de Anuência)	Fl. 458 e 459	
19 - Matrícula Adquirida pelo Estado de Mato Grosso	Fl. 434 e 435	
20 - Declarações padronizadas de que o interessado não fora contemplado com aquisição de terras públicas pela União, Estado ou Município, <u>cuja área somada com a atual pretensão não ultrapasse 2.500 ha (dois mil e quinhentos hectares);</u>	Fl. 06, 366	
III – ANÁLISE CADASTRAL E PEÇAS TÉCNICAS.		
21 - Parecer Cadastral; (item do Laudo do Analista Fundiário e Agrário)	Fl. 418 e 419	
22 - Autos de Medição Georreferenciado, nos formatos analógico e digital, ambos em 02 (duas) vias, de acordo com as Normas Técnicas, determinadas por Legislação vigente, com o formato da planta do imóvel seguindo o padrão definido pelo INTERMAT;	Fl. 412 a 417	
23 - Declaração de Reconhecimento de Limites, conforme modelo constante das Normas Técnicas, determinadas por Legislação vigente, com firma reconhecida;	Fl. 159 a 161, 395 a 397, 405 a 408	
24 – ART-Anotação de Responsável Técnico pelo Georreferenciamento ou TRT-Termo de Responsabilidade Técnica (CFTA).	Fl. 398	
IV - VISTORIA IN LOCO		
25 - Laudo de Identificação Fundiária	Fl. 420 e 421	
26 - Relatório Técnico de Viagem	Fl. 422 a 428	
27 - Estudo Social com Parecer Técnico e Rel. Fotográfico-Decreto nº 146/2019. Se Regularização Fundiária Gratuita	-	
V - PARECER JURÍDICO		
28 - Parecer Jurídico do INTERMAT.	Fl. 474 a 476	
29 – Homologação do Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Estado de MT - PGE	Fl. 477	
VI - PARECER ASSESSORIA TÉCNICA – CONSULTORIA LEGISLATIVA		
Considerações e informações necessárias:		
☒ FAVORÁVEL À APROVAÇÃO. ☐ PELA REJEIÇÃO. ☐ DEVOLUÇÃO AO INTERMAT.		
RECEBIDO POR: LUANA SILVA OLIVEIRA Aux. Administrativa	DISTRIBUIDO POR: WÉLYDA CRISTINA DE CARVALHO Consultora de Comissão Permanente	ASSESSOR (A) TÉCNICO (A) CONSULTORIA LEGISLATIVA: CEZAR GERALDINI Técnico do NADE



PARECER Nº 0174/2025 - CADFARF - O.S. Nº 304/2025

REFERENTE À REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA ONEROSA.

REQUERENTE: CLOVIS KITAGAWA

MUNICÍPIO: MARCELÂNDIA - MT

PROCESSO: INTERMAT-PRO-2022/05727

OFÍCIO Nº: 01671/2025/UAS/PRESIDÊNCIA/INTERMAT

PROTOCOLO ALMT: 2998/2025

PROCESSO ALMT: 925/2025 - DATA: 02/04/2025

AUTOR: INTERMAT

Relator: Deputado Estadual Nininho

I – Relatório

Após tramitação no INTERMAT, o presente Processo de Regularização Fundiária foi encaminhado a esta Casa, recebido e registrado pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 02/04/2025

Trata-se de Processo nº **INTERMAT-PRO-2022/05727**, da Propriedade denominada **“SÍTIO MOURÃO”**, localizada no Município de **MARCELÂNDIA - MT**, requerente **CLOVIS KITAGAWA**, com área total para Regularização de 168,9059 hectares (cento e sessenta e oito hectares, noventa ares e cinquenta e nove centiares).

Em 03/04/2025 foi encaminhado ao Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico para ser distribuído à Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, com o intuito de emissão do parecer referente, quanto ao mérito da matéria e posterior emissão de Resolução Autorizativa, conforme previsão dos Artigos 323, § 2º e 327, ambos da Constituição Estadual de Mato Grosso.

Em apertada síntese este é o relatório.



II – Análise

A criação e competência das Comissões estão determinadas conforme disposto no artigo 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e uma das atribuições da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, é **“dar parecer em todas as proposições que tratem da agropecuária, do desenvolvimento florestal e agrário e dos assuntos fundiários”**, conforme consta no artigo 369, inciso V, alíneas “a” e “d”, do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

Observa-se que o imóvel está cumprindo sua função social, como determina o artigo 186, da C.F. e art. 9º da Lei nº 8.629/93:

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:

I–Aproveitamento racional e adequado;

II–Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III–Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV–Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§1º–Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta lei.

§2º–Considera-se adequada à utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§3º–Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.



§4º-A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.

§5º-A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.

O Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso – INTERMAT encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso o Ofício sob nº 01671/2025/UAS/PRESIDÊNCIA/INTERMAT, referente à Regularização de Ocupação Fundiária em favor de **CLOVIS KITAGAWA**, no Município de **MARCELÂNDIA - MT**, para fins de cumprimento do disposto no artigo 327 da Constituição do Estado de Mato Grosso, onde o referido disposto constitucional assim dispõe:

“**Art. 327** - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Legislativa, salvo se as alienações ou as concessões forem para fins de reforma agrária”.

O requerente **CLOVIS KITAGAWA**, solicita a regularização de uma área total para Regularização: 168,9059 hectares (cento e sessenta e oito hectares, noventa ares e cinquenta e nove centiares), da propriedade denominada “**SÍTIO MOURÃO**”, localizada no Município de **MARCELÂNDIA- MT**, conforme folhas 05 e 365.

Foi apresentada Declaração conforme as folhas 06 e 366 que o ocupante não foi beneficiado com concessão ou alienação de terras públicas pelo INCRA, Estado ou Município.

Consta nas folhas 434 e 435, onde foi informado que a área foi arrecadada e incorporada ao Patrimônio do Estado de Mato Grosso, conforme **Matrícula sob nº 3.977, Ficha 1F e 1V, Livro nº 02, Registro Geral em 02/05/2024**, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Marcelândia de origem do Estado de Mato Grosso.

O Responsável Técnico – Engenheiro Florestal, Ledio Batista, apresentou os seguintes documentos:



- ✓ Autos de Medição do Georreferenciamento, nos formatos analógico e digital–folhas 412 a 417;
- ✓ Declaração de Reconhecimento de Limites com firma reconhecida – folhas 159 a 161, 395 a 397, 405 a 408;
- ✓ ART ou TRT do Responsável Técnico – folha 398.

Foi informado, de acordo com a folha 448, nas buscas e pesquisas efetuadas no acervo, que não localizou nenhum processo de título provisório/definitivo em favor do requerente **CLOVIS KITAGAWA**.

Conforme as folhas 418 e 419, efetuamos a análise conforme peças técnicas apresentadas pelo requerente SIGADOC INTERMAT-PRO-2022/05727 as fls. 392 a 394 e arquivos auxiliares, em nome de **Clovis Kitagawa de acordo com a Base Cadastral de Regularização Fundiária SIG/CTGEO** referente ao **Município de Marcelândia-MT**, homologada pelo Decreto nº 1.813/2013 até a presente data, **informamos que esta pretensão Não Incide em situação Jurídica Constituída, Título definitivo, Terra Indígena, Reserva Florestal, ou ecológica.**

O Relatório Técnico de Viagem encontra-se nas folhas 422 a 428, já o Laudo de Identificação Fundiária encontra-se nas folhas 420 e 421, foi informado no relatório: 1 sede de alvenaria 6 x 4, 140 ha de lavoura de soja.

Consta como informação no Laudo de Identificação Fundiária que o proprietário é o ocupante – folhas 420 e 421, que a posse é mansa e pacífica, não sendo observado nenhum tipo de litígio.

Nas folhas 418 e 419, após a análise foram analisadas as Peças Técnicas de Georreferenciamento do imóvel rural denominado como **“Sitio Mourão”** com área total de **168,9059 ha**, Município de Marcelândia – MT, com Memoriais Descritivos, plantas e arquivos do levantamento elaborados pelo Técnico Lédio Batista INCRA – ALLX, com ART nº 1220220218906 onde se constatou que as peças técnicas **ESTÃO DE ACORDO** com a Norma de Serviço nº 002/2002 – Regularização de Ocupação, com a NTGIR – Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais do INCRA atualizada e de acordo com a Lei 10.267/2001 (Georreferenciamento) e suas atualizações.

A Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer Jurídico nº 00712/2025/PROINTER/INTERMAT (folhas 474 a 476), após análise em seus arquivos e da documentação juntada aos autos, opinou pelo **Deferimento** do Pleito de



Regularização do Imóvel denominado **SÍTIO MOURÃO**, citando que a pretensão se enquadra nos regramentos contidos nas recentes alterações introduzidas pela Lei nº 10.863, de 04 de abril de 2019 e Decreto nº 146, de 19 de junho de 2019.

Conforme a Análise do Autos na folha 477, foi **HOMOLOGADO** pelo **PGE**, em concordância com o **Parecer Jurídico nº 00712/2025/PROINTER/INTERMAT (folhas 474 a 476)**, da lavra do Procurador do Estado de Mato Grosso, Doutor Laerte Jaciel Scalco Acendino.

Todas as informações e declarações constantes no presente Processo de Regularização Fundiária são de exclusiva responsabilidade dos Técnicos e Gestores do INTERMAT, dos Requerentes e do Profissional Credenciado que efetuou a Medição Georreferenciada.

É o parecer.



III – Voto do Relator

Referente ao Processo de Regularização de Ocupação Fundiária nº **INTERMAT-PRO-2022/05727**, em nome do requerente **CLOVIS KITAGAWA**, de uma área total de 168,9059 hectares (cento e sessenta e oito hectares, noventa ares e cinquenta e nove centiares), localizada no Município de MARCELÂNDIA - MT.

A Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer Jurídico nº 00712/2025/PROINTER/INTERMAT (folhas 474 a 476), após análise em seus arquivos e da documentação juntada aos autos, opinou pelo **Deferimento** do Pleito de Regularização do Imóvel denominado **SÍTIO MOURÃO**, citando que a pretensão se enquadra nos regramentos contidos nas recentes alterações introduzidas pela Lei nº 10.863, de 04 de abril de 2019 e Decreto nº 146, de 19 de junho de 2019.

Pelas razões expostas, quanto ao mérito, voto pela **APROVAÇÃO** do Processo de nº **INTERMAT-PRO-2022/05727**, de autoria do INTERMAT (Protocolo ALMT sob nº **2998/2025**, em nome de **CLOVIS KITAGAWA**.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 2025.



IV – Ficha de Votação

Processo: INTERMAT-PRO-2022/05727 – Parecer nº: 0174/2025 – O.S. nº 304/2025

Reunião da Comissão em 22 / 04 / 25

Presidente: Deputado Estadual NININHO

Relator: Dep. Nininho

Voto Relator

Pelas razões expostas, quanto ao mérito, voto pela **APROVAÇÃO** do Processo de nº **INTERMAT-PRO-2022/05727**, de autoria do INTERMAT (Protocolo ALMT sob nº **2998/2025**), em nome de **CLOVIS KITAGAWA**, onde a Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer Jurídico nº 00712/2025/PROINTER/INTERMAT (folhas 474 a 476), após análise em seus arquivos e da documentação juntada aos autos, opinou pelo **DEFERIMENTO** do Pleito de Regularização do Imóvel denominado **SÍTIO MOURÃO**, citando que a pretensão se enquadra nos regramentos contidos nas alterações introduzidas pela Lei nº 10.863, de 04 de abril de 2019 e Decreto nº 146, de 19 de junho de 2019.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (o)
Relator	
DEPUTADO NININHO Presidente	
DEPUTADO GILBERTO CATTANI Vice-Presidente	
DEPUTADO JULIO CAMPOS Membro Titular	
DEPUTADA JANAINA RIVA Membro Titular	
DEPUTADO FÁBIO TARDIN - "FABINHO" Membro Titular	
DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO Membro Suplente	
DEPUTADO CARLOS AVALONE Membro Suplente	
DEPUTADO VALDIR BARRANCO Membro Suplente	
DEPUTADO THIAGO SILVA Membro Suplente	
DEPUTADO VALMIR MORETTO Membro Suplente	



Autor: Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária.

Autoriza a regularização de ocupação fundiária de área de terra no Município de Marcelândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com base no que dispõe os artigos 323, § 2º, e 327, da Constituição Estadual, combinados com o art. 369, V, “a” e “d”, do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a regularização de ocupação fundiária da área de terra, localizada no Município de Marcelândia, denominada “Sítio Mourão”, com área total para Regularização de 168,9059 hectares (cento e sessenta e oito hectares, noventa ares e cinquenta e nove centiares), matrícula nº 3.977, conforme processo específico do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), sob nº INTERMAT-PRO-2022/05727, de Clovis Kitagawa.

Parágrafo único. Os imóveis descritos acima possuem as seguintes confrontações:

- I. a norte: divisa com a Faixa de Domínio da Rodovia Estadual MT-423, nos marcos ALLX-M-0498 a ALLX-M-0497;
- II. a sul: divisa com a Fazenda Fogo Santo, posse de Maikon Jorge Fiabane, nos marcos AU3-M-1122 a AU3-M-1116;
- III. a leste: divisa com a Fazenda Nossa Senhora Aparecida, posse de Maikon Jorge Fiabane, nos marcos ALLX-M-0497 a AU3-M-1119, divisa com o Rio Dois Irmãos, nos marcos AU3-M-1119, AU3-M-1117 a AU3-M-1118, e divisa com o Córrego do Tata, nos marcos AU3-M-1118, ALLX-P-1474, ALLX-P-1475, ALLX-P-1476, ALLX-P-1477, ALLX-P-1478, ALLX-P-1479 a AU3-M-1122;
- IV. a oeste: divisa com a Fazenda Fogo Santo, posse de Maikon Jorge Fiabane, nos marcos AU3-M-1116 a AU3-M-1121, divisa com o Rio Dois



ALMT
Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e
Regularização Fundiária
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

SPMD/NADE

FLS. 489

RUB. 4

Irmãos, nos marcos AU3-M-1121 a ADR-1969, e divisa com a Fazenda Nossa Senhora Aparecida II, posse de Maikon Jorge Fiabane, nos marcos ADR-M-1969 a ALLX-M-0498.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sala das Comissões, em 22 / 04 / 2025.

Deputado Relator

Membros

[Handwritten signature]

[Handwritten signature: Gil M. Costa]

ENDEREÇO:
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 207 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:
(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915

CG

Página 2